

## A Interface Urbano-Ambiental na Área de Arquitetura e Urbanismo

Laura M. de M. Bueno

### Introdução

Em primeiro lugar, quero agradecer o convite para o SEPEPUR, evento que tem tido sucesso na repercussão de seus resultados na política de educação de nível superior e pesquisa. É desafiador ser a última pessoa a participar nesta mesa, mas, vamos lá. O convite trouxe a oportunidade de reflexão e de rememoração dos passos dados no processo de “ambientalização” de minhas atividades profissionais e de ensino e pesquisa. Rememorei o Seminário sobre Estudos Ambientais e o Seminário Universidade e Meio Ambiente em 1989 e 1990 promovidos pela Geografia da UFSC. Minha fala aqui é disciplinar, a partir da área de Arquitetura e Urbanismo (AU), para contribuir na discussão transdisciplinar que o tema enseja.

Tenho ministrado no 4º ano da Graduação a Disciplina Planejamento Urbano Regional B (PUR B), na qual se trabalha com Unidades de gerenciamento de recursos hídricos com área metropolitana, com o intuito de desenvolver um macrozoneamento para no horizonte de 2050 a região metropolitana apresentar condições socioambientais mais sustentáveis. Começou-se a trabalhar com a questão da água na região, e fortalecer o enfoque ambiental desde anos 80. (atuação da profa. Lena Machado e Ari Fernandes, anterior à minha entrada na PUC)

Em 2010 foi introduzido na grade o estudo de Geoprocessamento, diminuindo-se as horas desta disciplina. Infelizmente a grade da Graduação não inclui Estatística, o que repercute, em minha opinião para fragilidades,

não só no aproveitamento da disciplina de Geoprocessamento, na prática profissional, mas também envolvimento dos alunos na pesquisa a nível de Pós Graduação

No grade da Graduação, não há outra disciplina que trate de Planejamento, inclusive o municipal (apesar de haver disciplina PUR A). Esta, assim como as disciplinas de Urbanismo trabalham com recortes espaciais para projeto urbano, eventualmente propondo ao aluno contato com instrumentos de política urbana - consultar o Plano Diretor, legislação urbanística, planta de valores da área considerada.

Isso faz com que a disciplina do 4º. ano, de escala regional, pareça ter um objeto não tangível. E torna a perspectiva regional quase que abstrata para boa parte dos alunos.

Nossa Pós Graduação - em Urbanismo – acolhe muitas pesquisas na escala urbana e regional. Temos tido alunos na Pós que são profissionais de carreira em prefeituras do interior de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Paraná, sobretudo, que buscam uma atualização e fortalecimento de uma visão crítica sobre sua prática. A questão ambiental urbana é tratada em diversas disciplinas, não uma em especial – Gestão urbana- fundamentos (obrigatória), Tendências atuais do Urbanismo (obrigatória), Produção e gestão do espaço urbano, Espaços livres públicos urbanos, Planejamento e direito urbanístico contemporâneo, Planejamento habitacional: ações e princípios e Paisagem urbana - além da disciplina mais voltada ao tema– Cidade, Urbanismo e sustentabilidade.

## O arquiteto urbanista: prática profissional e pesquisa

As diretrizes curriculares da Graduação em AU incluem Estudos Ambientais, que deverá dar conta de apoiar as atividades de projeto de arquitetura, urbanismo e paisagismo, bem como o planejamento regional. Assim, os estudos podem ser definidos dentro das faculdades de forma relativamente diferenciada e com ênfases.

É sempre bom lembrar que os profissionais da área de AU tem forte compromisso com a atividade prática, exercida logicamente dentro do âmbito das relações do mercado privado, e principalmente dentro do arcabouço institucional legal da produção do espaço. Portanto as atividades de ensino e pesquisa na Graduação e Pós Graduação são fortemente orientadas para isso.

A categoria profissional tem forte atuação também na gestão municipal nas áreas ligadas ao desenvolvimento urbano – Secretarias de Planejamento, obras, urbanismo (setores voltados à gestão dos negócios privados – aprovação e licenciamento, fiscalização de projetos e obras), e mais recentemente na habitação, desde a ampliação dos recursos federais através do Programa de Aceleração do Crescimento e Minha Casa Minha Vida e iniciativas geralmente estaduais e de capitais, de concursos de projeto de AU.

Após o Estatuto das Cidades e do financiamento para o planejamento, ampliou também sua atuação na elaboração de Planos Diretores (PDs), em grande parte através de consultorias. Mas destaque-se que em sua maioria, os planos não tem sido implementados, nem foram elaborados dentro de uma concepção de processo de planejamento municipal, mas como peças que não devem atrapalhar o Desenvolvimento urbano (ou seja, os negócios imobiliários, a valorização das propriedades, e não regular o mercado). Ao mesmo tempo, devido ao pouco conhecimento que os arquitetos urbanistas (recém contratados, consultores) tem da administração pública, orçamento municipal etc., há um descompasso entre a elaboração do PD e administração pública real, e poucas propostas tem sido levadas a cabo no contexto dos PDs.

Foi lançado em 2011 o livro Planos Diretores Municipais Pós-Estatuto da Cidade: Balanço Crítico e Perspectivas (organizado por Orlando Alves dos Santos Junior e Daniel Todtmann Montandon), que apresenta conclusões importantes sobre o descompasso entre as análises, propostas e implementação. Há um capítulo sobre o tema Ambiente

(elaborado pela profa. Heloísa Costa). Percebe-se que preocupação com a preservação da biodiversidade, sistemas de parques e áreas verdes etc., pouco vem acompanhada de estratégias políticas, institucionais e financeiras de implementação.

## A fragilidade de planejamento e da gestão: quais são as causas e interesses?

O Brasil e particularmente os municípios, tem fragilíssima cultura de planejamento territorial e (sempre bom lembrar o dado da pesquisa IBGE de 1999 que mais de 50% dos municípios brasileiros não tinham NENHUM profissional com CREA, ou seja, que tivessem tido na Graduação, algum estudo sobre uso e ocupação do território, cartografia ou topografia.

A diminuição ou ausência dos concursos públicos para reposição de quadros na área de planejamento no âmbito municipal, a política salarial e a falta de investimentos em estrutura técnica e operacional da máquina pública, ainda persistem como os principais mecanismos para o desinteresse de bons profissionais se aventurem a carreira de *planner*. A retomada de investimentos e de aparelhamento, já que feitas sem planejamento, demandam ações sempre urgentes, providenciadas nas empresas -de consultoria, gerenciamento, engenharia, que passam a operar a implementação das ações no território. Assim, o pensamento sobre o interesse público e social vai desaparecendo da “missão” das secretarias citadas. Quem defende o interesse público na dimensão do meio ambiente urbano?

## A questão ambiental e vertentes ou escalas no planejamento urbano e regional

Na dimensão urbana, é a questão do saneamento ambiental – ou melhor, abrangência universal (atender a todos) e eficácia (da coleta ao destino final) destes serviços.

Pode-se afirmar que o enfrentamento planejado deste problema, repercutiria fortemente nas condições e qualidade da vida, e qualidade do ambiente, inclusive na escala regional. Sua universalização não ocorre porque o “setor” não aceita o custo (o passivo social, o deficit qualitativo e quantitativo habitacional) relativo à moradia irregular e precária que precisa receber instalações edilícias ou urbanas ou precisa ser demolida, cujos moradores precisam ser atendidos e ressarcidos. O princípio da propriedade privada norteando o direito impede a concretização de outras formas de acesso à moradia.

Na dimensão intraurbana – a qualidade ambiental das cidades – poluição atmosférica, conforto ambiental através de processos passivos (arborização, distribuição de parques, jardins e praças, densidade construtiva, convivência com as águas urbanas).

Ainda na dimensão intra-urbana (e urbana no caso das áreas conturbadas), o planejamento dos transportes urbanos e mobilidade urbana no Brasil estão empacados devido à ausência de sistemas de alta capacidade, o que tem levado à separação das classes sociais entre os serviços de ônibus e o carro.

Devido à dimensão e distribuição espacial de nossa população a dimensão regional apresenta-se como estratégica – o planejamento territorial para preservação e conservação de mananciais de água para abastecimento e produção, produção agrícola voltada à alimentos não processados industrialmente da população urbana, localização de locais para disposição de resíduos, para citar os mais importantes.

Mas o fato de não termos efetividade institucional de planejamento regional, metropolitano, torna inviável o planejamento integrado regional. Assim esses temas acabam ficando ainda sob o domínio dos setores – vale dizer as áreas de engenharia dos serviços e dos lobbies dos fornecedores. Não se pode esquecer de destacar uma possibilidade de avanço através da logística reversa implementada pela Lei Federal de Resíduos Sólidos, que poderá concretizar um enorme avanço da qualidade de vida urbana, na qualidade dos ambientes urbanos e periurbanos e colocar em cheque o modo de produção linear, do consumo e dos desperdício.

### **Novas questões e desafios**

Há questões aflorando na área de AU, de caráter intersetorial, a partir do Painel Brasileiro sobre Mudanças do Clima, que quero trazer, para discutirmos o que é a questão ambiental:

Devido à concepção dos balanços de emissões IPCC, a eficiência energética e hídrica das edificações, e mesmo do transporte urbano, são desimportantes no cálculo das emissões atmosféricas dos GEE, ou melhor, para a política brasileira no contexto internacional. Mas isso não quer dizer que não sejam importantes

para pensar o território no futuro. O estudo das emissões do e no meio urbano também fazem aflorar as enormes desigualdades no modo de vida e no consumo.

Não há política de melhoria, adaptação ou reciclagem do estoque habitacional (mas não só) autoconstruído, e muitas vezes irregular. A pergunta que fica é qual é o padrão de qualidade, qual a morfologia proposta pela reforma urbana (regularização fundiária, urbanização de favelas, ampliação da produção de habitação popular)

A noção de sustentabilidade urbana em seu enfoque socioambiental leva-nos a perguntar – qual é a proposta de durabilidade dos espaços construídos? As cidades, e os espaços metropolitanos tornaram-se também objeto de consumismo e efemeridade, através do abandono de bairros (indústrias, portos, centros) e implementação de novos – Distritos Industriais para locação, grandes centros de consumo, condomínios residenciais-ilhas, conjuntos habitacionais segregados.

Há necessidade de estudar melhor as repercussões – socioespaciais – da transformação da infraestrutura urbana, e as possibilidades de autonomia / individualização/ autosegregação – proporcionadas pelas novas formas de produção de energia e distribuição da comunicação e da informação. A atualização tecnológica do espaço urbano e regional tem sido um trator, um demolidor do conteúdo cultural do ambiente construído.

A baixa efetividade do controle urbano e baixa efetividade dos serviços públicos – operação e manutenção urbana e dos equipamentos públicos – são os maiores obstáculos à efetivação de uma cultura de planejamento urbano e regional, que possa relacionar a ação do setor público, da população e do setor privado ligado ao desenvolvimento urbano a metas de qualidade de vida e qualidade ambiental urbana. A falta de durabilidade da infraestrutura e equipamentos urbanos é relacionada à baixa qualidade dos projetos e obras bem como à inexistência de procedimentos periódicos de manutenção, como uma carreira no setor público. O vandalismo, a informalidade e privatização do uso do espaço público são visto por nossa sociedade afluyente e nossos profissionais como uma questão de polícia, e não de política pública, processual.

